

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DOS SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA**

ALINE VITÓRIA DA CRUZ TELLES

**A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
EM UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA –MS: A
PERSPECTIVA DOS PROFESSORES**

**TRÊS LAGOAS
2023**

ALINE VITÓRIA DA CRUZ TELLES

**A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
EM UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA-MS: A
PERSPECTIVA DOS PROFESSORES**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas, como exigência parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. José Eduardo de Oliveira Evangelista Lanuti

Três Lagoas

2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Eduardo de Oliveira Evangelista Lanuti (Orientador)

Prof^a. Me. Ana Lúcia de Arruda Ramos Rezende

Prof^a. Dra. Vivianny Bessão de Assis

Resultado: () aprovado
() reprovado

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, aos meus pais e familiares que me apoiaram muito para que eu pudesse realizar este sonho. Sem vocês, nada seria possível.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, que fez com que meus objetivos fossem alcançados durante todos os meus anos de estudos e a todos os professores do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas. Em especial, ao professor Dr. José Eduardo de Oliveira Evangelista Lanuti, meu orientador.

Quero agradecer, em especial, a duas pessoas que me apoiaram desde o início até o resultado final deste trabalho: Marciana Santiago, sem você eu não teria ingressado nesta universidade, seus apoios foram fundamentais; Maura Moreira de Santiago, mulher com uma sabedoria divina, delicada, atenciosa, amorosa e sempre me ajudando a superar os desafios e chegar até aqui.

Agradeço a Deus por ter permitido que eu tivesse saúde e determinação para não desanimar durante a realização deste trabalho, agradeço pela minha vida e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos enfrentados ao longo da graduação, quero agradecer também a minha família, tios e tias que se preocuparam comigo durante esta trajetória, em especial a minha mãe Maria Martha Cruz e meu pai Luiz Soares Telles por todo amor, carinho e compreensão que muito contribuíram para realização deste sonho.

Agradeço também as amigas Mariana Lopes Caetano e Brenda Natieli Duarte Aquino, pois durante quatro anos dividimos alegrias, tristezas e compartilhamos comigo a jornada acadêmica e me ajudaram a enriquecer com seus conhecimentos e contribuições. Vocês fizeram toda a diferença na realização deste trabalho.

Enfim, agradeço imensamente de coração a todos aqueles que contribuíram de alguma forma, para realização deste trabalho com quem convivi ao longo dessa caminhada acadêmica, que me incentivaram e certamente tiveram participação na minha formação acadêmica.

Que o meu legado seja nas pessoas e não para elas, que minha história sirva de inspiração para todos que desejam um dia realizar sonhos.

RESUMO

Este trabalho buscou responder a seguinte pergunta: como uma escola da rede municipal de ensino da cidade de Brasilândia/MS desenvolve o Atendimento Educacional Especializado? Teve como objetivo geral analisar se o AEE desenvolvido em uma escola da rede municipal segue as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva PNEEPEI (BRASIL, 2008). A pesquisa desenvolvida teve abordagem qualitativa e como participantes deste estudo foram definidos uma professora do AEE e duas professoras da sala comum. Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário e depois uma entrevista estruturada para que alguns pontos fossem melhores esclarecidos. Com base nos resultados analisados, foi possível analisar que o atendimento ofertado nesta escola poderia trazer melhores resultados no desenvolvimento do aluno se existisse apoio, colaboração e parceria do professor do AEE e da sala de aula comum, apoio este previsto na PNEEPEI (BRASIL, 2008).

Palavras-chaves: Inclusão. Atendimento Educacional Especializado. Ensino.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE- Atendimento Educacional Especializado

ECA- Estatuto da Criança e Adolescente

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LDBEN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC- Ministério da Educação

PNEE- Política Nacional de Educação Especial

PNEEPEI- Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva

PNEDH- Plano Nacional de Educação

TEA- Transtorno do Espectro do Autismo

TICS- Tecnologia de Informação e de Comunicação

UFMS- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
2.1 O que é a inclusão escolar?	10
2.2 A educação especial na perspectiva da inclusão	15
2.3 O que é o AEE	17
3 METODOLOGIA	19
3.1 Caracterização da pesquisa	19
3.2 Sujeitos participantes e a instituição escolar	19
3.3 Instrumento de coleta de dados	20
3.4 Análise dos resultados	22
4 RESULTADOS	22
4.1 Saberes dos professores sobre educação inclusiva	22
4.2 Trabalho colaborativo entre os professores da sala comum e AEE	24
4.3 Organização e desenvolvimento do AEE	26
5 CONCLUSÕES	28
6 REFERÊNCIAS	29

1 INTRODUÇÃO

Minhas vivências escolares enquanto aluna da Educação Básica me levaram a perceber como é importante o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como serviço da Educação Especial que promove a inclusão escolar de alunos com deficiência, autismo e altas habilidades. Esse atendimento deve ser implementado nas escolas segundo a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPEI (BRASIL, 2008) determina. Isso infelizmente não ocorre em muitas redes de ensino.

Meu interesse pela inclusão escolar surgiu a partir da disciplina de Educação Especial ofertada no quinto semestre do curso de Pedagogia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Durante minha trajetória escolar no ensino fundamental e ensino médio apresentei dificuldades de aprendizagem devido a minha deficiência, pois apresento dificuldade de concentração e assimilação de conteúdos ministrados durante as disciplinas.

Quando iniciei na disciplina de Educação Especial notei que havia algo que fez com que meus olhos brilhassem em relação a aprendizagem que tive na Educação Básica. Ao longo do semestre com essa disciplina e já fazendo estágio obrigatório em Educação Infantil e logo após em Ensino Fundamental I, passei a perceber que tanto eu como os alunos que possuíam algum tipo de deficiência nas escolas públicas, não tinham um atendimento necessário para que alcançassem os objetivos na aprendizagem e no desenvolvimento.

A falta de algo específico para esses alunos me deixou com inquietações referente à inclusão e a importância do AEE dentro dessas escolas. Durante os estágios realizados, algumas professoras me relataram suas preocupações em relação a isso, sendo assim, foi possível perceber que a capacitação dos docentes em saber como trabalhar com esses estudantes é um fator que deve ser identificado e analisado de modo a elaborar recursos pedagógicos, eliminando as barreiras enfrentadas junto ao AEE para alcançar a inclusão.

Infelizmente a maior parte dos professores ainda se sente despreparada para desenvolver um trabalho pedagógico em uma concepção inclusiva e acaba assim culpabilizando alguns alunos. Não podemos confundir a função de um acompanhante, que é cuidar das questões de higiene e alimentação, por

exemplo, com a do AEE que é identificar barreiras e criar recursos para eliminá-las.

Pensando nisso, me interessei por esse assunto devido as muitas dificuldades que já passei e ainda passo por causa de minhas limitações e decidi ir em busca de mais informações. Assim, pretendi responder a seguinte pergunta: ***como uma escola da rede municipal de ensino da cidade de Brasilândia/MS desenvolve o Atendimento Educacional Especializado?***

Para que fosse possível responder a essa pergunta, o objetivo geral deste estudo foi analisar se o AEE desenvolvido em uma escola da rede municipal segue as diretrizes da PNEEPEI (BRASIL, 2008).

Para alcançar esse objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Conhecer o que os professores de AEE e da sala comum sabem sobre a Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva;
- Conhecer como se dá a articulação entre o trabalho dos professores da sala de aula comum com o AEE;
- Conhecer como se dá a identificação do público-alvo da Educação Especial na escola investigada, bem como ocorre a organização dos atendimentos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O que é a inclusão escolar?

A inclusão escolar é um paradigma educacional que tem como objetivo acolher todos os alunos na escola comum, respeitando sua individualidade. Sendo assim, a parceria entre o professor do AEE e da sala de aula comum é fundamental para dar suporte garantindo o acesso, permanência e a participação autônoma dos alunos nas atividades escolares dentro da sala de aula, possibilitando que o professor da sala comum faça a utilização dos recursos didáticos e pedagógicos promovendo a participação de todos.

A inclusão vem sendo abordada cada vez mais dentro das escolas públicas e para entendermos a função do AEE é preciso desconstruir o que sabemos sobre inclusão de alunos com deficiência, criando uma cultura inclusiva e de luta pelos direitos dentro da sociedade em que vivemos para transformar o sistema escolar com relação à educação especial. Para Maria Teresa Eglér Mantoan (2008) “inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós”.

Os serviços da educação especial foram evoluindo de uma fase que era primeiramente assistencialista pois não existia política pública, um trabalho de caridade visando apenas o bem estar da pessoa com deficiência e depois foram priorizados aspectos médico e psicológicos, em seguida iniciaram as instituições de educação com o período conhecido como integração onde apenas alguns eram aceitos na escola e hoje finalmente com a ideia de inclusão para alguns choca-se com a inclusão total ou seja a inclusão que é para todos.

O papel do professor em uma escola que se pauta nos princípios de uma educação inclusiva é de facilitador no processo de busca de conhecimento que parte do aluno. O professor é quem organiza situações de aprendizagem adequadas as diferentes condições e competências, oferecendo oportunidades de desenvolvimento pleno para todos os alunos. (OLIVEIRA, 2015, p. 14 *apud* ELEOTÉRIO *et al* 2021, p.255).

Diante desse ponto podemos entender que incluir é ensinar a todas as crianças, indistintamente, em um mesmo espaço educacional: as salas de aula de ensino regular. Em algumas escolas é preciso pensar e propor a inclusão criando um ambiente de respeito entre as pessoas.

A grande diferença entre os processos de integração e inclusão escolar é outro grande ponto para o entendimento e a evolução dos processos de inclusão escolar. A discussão em torno da integração e da inclusão cria ainda inúmeras polêmicas, provocando as corporações de professores e de profissionais da área de saúde que atuam no atendimento às pessoas com deficiência, como médicos e psicólogos por exemplo, e as associações de pais que adotam paradigmas tradicionais de assistência às suas crianças.

A integração envolve o acolhimento parcial em que os alunos tinham que provar que podiam estar na escola e nem todos poderiam fazer matrículas na escola, sendo assim os alunos precisam se adaptar as escolas no qual tende a se adequar a sociedade em que estão inseridos.

Sabemos que a escola tem um papel fundamental na vida do ser humano nas construções de valores que auxiliam no cotidiano, gerando condições para que na prática haja mais respeito, ajudando assim, os alunos a levarem em consideração e respeitarem a opinião do outro.

A educação inclusiva assume um papel considerável, diante da sociedade e o papel da escola em ultrapassar a exclusão.

Certamente não existe regra geral para construir a escola que queremos uma escola para todos. Mas podemos nos aproximar cada vez mais dela, se encarmos a transformação das escolas que hoje temos da forma mais realística possível, abolindo tudo o que nos faz pensá-las e organizá-las a partir de modelos que as idealizam, como temos feito até então. Já se impõe, mesmo timidamente, uma tendência de reorientação das escolas, segundo uma lógica educacional regida por princípios sociais, democráticos, de justiça, de igualdade, contrapondo-se à que é sustentada por valores econômicos e empresariais de produtividade, competitividade, eficiência, modelos ideais, que tantas exclusões têm provocado na educação, em todos os níveis. Temos de acreditar e dar uma grande virada na educação escolar. (MANTOAN, 2001, p. 41).

De fato, todos necessitam fazer parte, do Sistema Educacional inclusivo onde deve ser impedido a utilização de práticas de distinção para que se garanta igualdade de circunstâncias. Diferenciação que, muitas vezes, acontece em

condutas que frustram e que negam ou restringem o direito de acesso a um direito que é de todos. O movimento em favor da inclusão tem como base o princípio de igualdade e de oportunidades nos sistemas sociais, incluindo a instituição escolar. Portanto, todos os alunos têm o direito de frequentar a escola regular onde toda diversidade deve ser valorizada, e a construção de aprendizagem deve ser oferecida a todos, no mesmo espaço escolar com oportunidades iguais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069/90, artigo 55, determina que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino”. Obrigação essa, que se dá como direito de todos, indiferente de qualquer tipo de diferença.

Ao falar em sociedade inclusiva, pensamos em uma sociedade que valoriza a diversidade humana e promove a aceitação das diferenças individuais. É nela que as pessoas aprendem a conviver, contribuir e trabalharem unidas para construir um mundo com oportunidades reais para todos. Isto implica numa sociedade onde cada pessoa é responsável pela qualidade de vida do outro.

O processo de inclusão de pessoas com deficiência na escola significa uma revolução na educação e é um caminho fundamental para alcançar a inclusão social, comunitária, solidária e democrática, onde a multiplicidade nos leva a ultrapassar os limites da integração e a alcançar o objetivo de uma sociedade que procura a igualdade para todos; é uma possibilidade que se abre para a melhoria da qualidade da educação escolar, para o benefício de todos os alunos com e sem deficiência, mas depende da disponibilidade interna para enfrentar as inovações e este estado não é comum aos sistemas educativos e a maioria dos professores. A inserção das pessoas com deficiência na escola pressupõe considerações que vão além da simples inovação na educação e que implicam no reconhecimento de que o outro é sempre diferente, ainda que por vezes observemos, que muitas escolas e/ou professores não vivenciam a inclusão como sinônimo de compreensão dessas diferenças.

Toda criança precisa da escola para aprender e não para marcar passo ou ser segregada em classes especiais de atendimentos. Para a maioria dos profissionais que atuam em nossas escolas, é difícil entender a possibilidade de inclusão. Essa resistência é comum, diante do modelo pedagógico conservador que está na maioria das escolas. Poucos são os profissionais que se arriscam a

encarar a ideia de ensinar pensando na inclusão em uma sala de aula de cadeiras enfileiradas, um livro didático aberto na mesma página, uma só tarefa no quadro e uma só resposta válida e esperada nas provas. Na maneira tradicional de ensinar, a competição entre os alunos e a homogeneização das respostas e de comportamentos esperados, a “transmissão” do conhecimento e o pavor de errar impedem alunos e professores de contemplarem as diferenças de reconhecer a riqueza que elas aportam ao desenvolvimento dos processos educativos, dentro e fora das escolas.

Trabalhar com a diferença é compreender que o ensino, o apoio, os recursos didático pedagógicos, a metodologia, a proposta curricular e a avaliação da aprendizagem devem beneficiar a todos em sala de aula e não apenas a alguns, por serem categorizados como “inclusos” tornando-se assim “privilegiados”.

De acordo com o inciso III do art. 208 da Constituição Federal de 1988, as pessoas com deficiência têm direito a “[...] atendimento educacional especializado [...], preferencialmente na rede regular de ensino”. (BRASIL, 1988).

Contudo, ainda é possível identificar uma escola seletiva que acaba não recebendo o aluno de forma correta, como afirma o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH):

Ainda há muito para ser conquistado em termos de respeito à dignidade da pessoa humana, sem distinção de raça, nacionalidade, etnia, gênero, classe social, região, cultura, religião, orientação sexual, identidade de gênero, geração e deficiência. (BRASIL, 2007, p. 23)

Ainda existem algumas escolas que não garantem o direito a educação, classificando os alunos em normais e anormais.

2.2 A Educação Especial na perspectiva da inclusão

A educação especial na perspectiva inclusiva é uma mudança radical e estruturada em que a educação especial deixa de se configurar como um sistema paralelo e passa a fazer parte da proposta pedagógica da escola. Apoiar a inclusão plena por meio de recursos e serviços de Educação Especial ao público-alvo da educação especial (alunos com deficiência, autismo e altas

habilidades/superdotação). A educação inclusiva auxilia os alunos com deficiência nas escolas regulares, através de uma abordagem humanística, entendendo que cada aluno possui características únicas e essas características devem ser consideradas, pois a diversidade não é um problema e visa potencializar a inclusão das crianças a partir da divulgação de métodos de ensino coletivos, promovendo a interação entre alunos com e sem deficiência.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI (BRASIL, 2008), criada pelo Governo Federal brasileiro em 2008, é um considerável marco normalizador para a garantia da matrícula das pessoas com deficiência na escola regular e para o começo de um novo modelo de educação especial. Ela deixa de ser substitutiva, assumindo caráter inteiro, complementar e transversal ao ensino regular, perpassando todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, para a eliminação das barreiras à plena participação dos estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades/superdotação.

Trata-se de uma modificação, estruturante. A educação especial deixa de se configurar como um sistema paralelo, passando a integrar a proposta pedagógica da escola, apoiando a plena inclusão de todos por meio de recursos, serviços e do AEE para sociedade.

Trazemos alguns pontos abordando as diferenças entre a educação especial e a educação especial na perspectiva inclusiva:

A Educação Especial é um sistema separado, paralelo ao regular, pode substituir o ensino regular, possuindo dinâmica independente, total ou parcialmente dissociada do ensino regular, restritiva e condicional. Somente os alunos considerados aptos para o ensino regular podem frequentá-lo, baseia-se no modelo médico de deficiência. Foca nos aspectos clínicos, ou seja, no diagnóstico e nem todos os estudantes conseguem se adaptar à escola. Nem todos correspondem ao padrão estabelecido por ela.

Já na Educação Especial na perspectiva inclusiva, faz parte da proposta pedagógica da escola. Perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. Por isso, é tida como transversal, complementa ou suplementa o processo de escolarização em sala de aula, dinâmica dependente, totalmente articulada com o trabalho realizado em sala, incondicional e irrestrita. Garante o direito de todos à educação e à plena participação e aprendizagem, e a escola

deve responder às necessidades e interesses de todos os alunos, sem exceção, partindo do pressuposto de que todas as pessoas aprendem.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC,2008), a Educação Especial constitui-se em modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, responsável pela organização e oferta dos recursos e serviços que promovam a acessibilidade, eliminando, assim, as barreiras que possam dificultar ou abster o acesso, a participação e a aprendizagem.

2.3 O que é o AEE?

A educação especial na perspectiva da educação inclusiva ocorre por meio de um serviço: o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Esse serviço não se confunde com um atendimento de origem médica, pois seu caráter é absolutamente educacional como seu próprio nome determina.

O AEE é um serviço da educação especial que “identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL,2008,p.4). O AEE é oferecido obrigatoriamente pelos sistemas de ensino público e pelas escolas particulares e não pode substituir o ensino comum e nem mesmo fazer adaptações aos currículos, às atividades, avaliações de desempenho e outros, não pode ser considerado como reforço, mas sim como um apoio ou serviço para a acessibilidade.

Os conteúdos abordados dentro do AEE são: Língua Brasileira de Sinais-Libras, Recursos e estratégias para o ensino da Língua Portuguesa aos alunos com alteração auditiva, Materiais didáticos e pedagógicos com base em imagens, criados/produzidos pelo professor do AEE, Sistema Braille, orientação e modalidade - uso de bengala para os alunos com cegueira, Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICS) acessíveis: ponteiras de cabeça, acionadores, mouses, teclados com colmeias, sintetizadores de voz, entre outros, Matérias táteis (desenho, mapas, gráficos e Uso do Sorobã (ábaco). Sendo assim cada qual tem um plano pedagógico exclusivo, de acordo com a necessidade do aluno, partindo do conhecimento prévio dele.

A lei 9.394/96 da LDB dispõe que o AEE é ofertado em todas as etapas e modalidades da educação básica e do ensino superior, educação indígena, do campo, quilombola e nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos. Este atendimento especializado é organizado para apoiar os alunos da educação especial diante das barreiras que encontram no ambiente escolar ao acesso e participação nas aulas.

Quando se fala em AEE deve se pensar como ele está organizado dentro da instituição escolar. Ele existe para suprir as necessidades de acesso e de participação dos alunos da educação especial, nas salas de aula comuns, considerando as peculiaridades de cada um. Alunos com mesma deficiência podem necessitar de atendimento diferenciado e também havendo a possibilidade de atender os alunos em pequenos grupos se suas necessidades forem comum a todos.

O AEE é hoje almejado nas escolas de todo o país e derivou de uma longa trajetória historicamente produzida. Em outras palavras, o AEE é fruto de mudanças que foram constituídas socialmente por meio de lutas de famílias e profissionais que são/estão (in)diretamente envolvidos com esses sujeitos de direitos. Para atender esses alunos os professores do AEE devem possuir o seguinte requisito:

LEI N° 9394/96

III- professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

Os profissionais do AEE, tem que ter uma formação inicial em uma graduação e uma especialização específica na educação especial.

A nota técnica de N°11/2010, de 07/05/2010, estabelece orientações para a institucionalização da oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares. O espaço de AEE tem que estar em escolas públicas, privadas e Centros de Atendimentos Educacional Especializados.

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização da pesquisa

Este trabalho tem uma abordagem de pesquisa qualitativa pois não se preocupou com dados numéricos, mas com dados que podem ser interpretados, com a subjetividade do sujeito, percepções das pessoas sobre a realidade. Assim como o autor Biklen (1982) apresentou questões que devem ser anotadas em campo, a parte descritiva compreende um registro detalhado do que ocorre “no campo”, ou seja: descrição dos sujeitos, reconstrução de diálogos, descrição de locais, descrição de eventos especiais, descrição das atividades e comportamento do observador.

3.2 Sujeitos participantes e a instituição escolar.

Para realizar esta pesquisa escolhemos três professoras, (utilizamos nomes fictícios para as professoras a fim de não as identificar: professora 1 Maria, professora 2, Elisa e professora Izaura), sendo elas duas professoras da sala comum e uma professora do AEE. As três atuam na escola investigada no município de Brasilândia-MS e a escolha delas foi a partir do contato que realizei na escola durante a realização dos estágios obrigatórios. O interesse específico por elas, foi o olhar inovador que elas têm com os alunos do AEE e por estarem na educação básica há algum tempo.

A Professora Maria e a professora Elisa são as que têm alunos que precisam do atendimento do AEE, alunos com deficiência. A professora do AEE já foi atuante em sala de aula comum, mas, no decorrer dos anos sentiu o desejo de atuar na sala de apoio.

A escola municipal investigada foi inaugurada no dia 14 de agosto de 2020, está localizada no endereço, Rua Gerônimo Caetano Barbosa, 1921, Bairro Jardim Imperial, Brasilândia-MS. Sua infraestrutura tem capacidade para receber 800 alunos, atualmente com cerca de 380 alunos matriculados em dois períodos, manhã e tarde com turmas de 1º ano até 3º anos do ensino fundamental I, contém quadra coberta, refeitório coberto, sala de informática, sala de AEE, sala de auditório, 11 sala de aulas, sala de diretoria, sala de coordenação, sala dos professores e banheiros masculinos e femininos em

todos os pavilhões sendo divididos em blocos A, B, C, D, E, G, e H. Atualmente o quadro de funcionários são divididos em diretor titular, diretor(a) adjunta, dois coordenadores sendo um no período da manhã e outro no período da tarde, uma secretaria escolar, dois auxiliares de secretaria, um psicólogo e uma assistente social, cinco funcionários de serviço gerais, duas cozinheiras e quatro inspetores de alunos com cerca de 51 funcionários ao todo.

3.3 Instrumento de coleta de dados

Para a coleta de dados utilizei inicialmente um questionário. Depois realizei algumas perguntas em forma de entrevista afim de compreender melhor alguns pontos que não haviam ficado claros para mim. No geral as perguntas do questionário foram:

1. Quanto tempo você atua nesta escola?
2. Qual serie/ano você leciona?
3. Qual sua formação?
4. Qual o papel do AEE na escola?
5. Quais alunos são atendidos pelo AEE na escola?
6. Você sabe quantos alunos são atendidos pelo AEE na escola?
7. Como a escola identifica que um aluno deve ser atendido pelo AEE?
8. Quais são as atividades que os alunos desenvolvem no AEE?
9. Como você organiza e realiza um Atendimento?
10. Você acredita que o AEE influencia o desenvolvimento do aluno na sala comum? Se sim, de que forma isso acontece?
11. Você recebe formação em serviço sobre inclusão escolar? Se sim, como são essas formações?
12. Qual sua formação para trabalhar no AEE?
13. Como você define uma escola inclusiva?
14. A escola em que você atua pode ser considerada inclusiva? Por que?

Já as perguntas realizadas em forma de entrevista foram:

- Você utiliza algum recurso tecnológico para esses alunos?
- Como é trabalho o individual deste aluno dentro do espaço do AEE?

- A professora de sala comum dá um feedback aos alunos em relação as atividades desenvolvidas na sala de aula?

A aplicação de questionários diferenciados entre a professora da sala comum e do AEE surgiu a partir das perguntas incógnitas vivenciadas durante os estágios e comparando as práticas de inclusão adotadas por cada uma das professoras.

O questionário é uma técnica de investigação composta por um número grande ou pequeno de questões apresentadas por escrito que tem por objetivo propiciar determinado conhecimento ao pesquisador. Gil (2011, p. 128).

Trata-se de um formulário de perguntas orientadas e pensadas para esclarecer as maiores dúvidas deste trabalho, o qual foi respondido pelo público ou pessoas selecionadas. Essas respostas forneceram dados para complementar todo o planejamento deste trabalho com o intuito de auxiliar e facilitar o AEE nas escolas.

Segundo Gil (1999, p.128)

O questionário pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”

Esta ação foi realizada em dois momentos da pesquisa qualitativa.

Na primeira fase aconteceu a elaboração das perguntas para as participantes a partir do objetivo deste trabalho. Assim, participaram da pesquisa três professoras.

Para as professoras de sala de aula comum, elaborei 12 questões relacionado a atuação delas com os alunos do AEE, buscando compreender a relação de professor com o aluno do AEE e a partir de seus conhecimentos dentro e fora da sala de aula, já no questionário da professora do AEE abordei questões como por exemplo: como é trabalhado este atendimento dentro da escola e qual o seu papel na vida escolar do aluno.

Na segunda fase ocorreu a entrega do questionário para as professoras com um prazo de devolutivas entre 10 a 15 dias a partir da data que foi entregue a elas os questionários e assim analisar e interpretar suas respostas.

E por fim, após a devolutiva dos questionários, houve a necessidade de conversar com a professora do AEE assuntos que remetem a educação do educando dentro deste espaço e quais são as atividades que ela desenvolve com os alunos participantes deste atendimento.

3.4 Análise dos resultados

Os dados foram analisados a partir de 3 eixos temáticos, definidos com base no objetivo geral e objetivos específicos. Os eixos são: 1) Saberes dos professores sobre educação inclusiva; 2) Trabalho colaborativo entre os professores da sala de aula comum e AEE e 3) Organização e desenvolvimento do AEE. As análises realizadas serão apresentadas a seguir.

4 RESULTADOS E ANÁLISE

4.1 Saberes dos professores sobre educação inclusiva

Diante da seguinte pergunta busquei identificar o que as professoras conhecem /sabem sobre a inclusão por meio de sua realidade.

A escola em que você atua pode ser considerada inclusiva? Por quê? Para essa pergunta, Maria, professora da sala comum, disse que “Uma escola inclusiva é aquela que oferece oportunidades de aprendizagens a todos os seus alunos, independente de suas condições físicas, ou mentais” (arquivo da pesquisadora, 2023). A professora Elisa da sala comum diz que “nenhuma escola ainda, pode ser considerada inclusiva, Infelizmente só existe no papel” (arquivo da pesquisadora, 2023). A professora Izaura da sala do AEE diz “não, está caminhando ainda precisa ter mais profissionais de outras áreas somando com a equipe pedagógica e também orientando o professor da sala de recurso” (arquivo da pesquisadora, 2023).

Foi possível observar que duas professoras relatam que a escola não pode ser considerada essa afirmação chocou-me, pois as mesmas têm anos de

atuação na sala de aula comum não promovem a diversidade, o respeito mútuo e a valorização das diferenças como parte fundamental do processo educativo, sendo assim elas devem buscar a ideia de uma educação inclusiva que promova mudanças em suas ações pedagógicas dentro da sala de aula em que atuam. Mantoan (2014) nos deixa uma reflexão a respeito deste caminho que devemos trilhar, não existe “o” caminho, mas caminhos a escolher, decisões a tomar. E escolher é sempre correr risco, que seja assim. É possível concordar com a professora Maria, pois penso que uma escola inclusiva é aquela que inclui todos os alunos de forma gradativamente mesmo que o processo demore para acontecer e que aos poucos gere resultados em todo ambiente escolar.

A partir da inclusão procurei saber se as professoras recebem algum tipo de formação em serviços sobre a inclusão escolar para atuar na escola com os alunos.

Pergunta: Você recebe formação em serviço sobre a inclusão escolar? Se sim, como são essas formações?

Respostas das professoras:

Professora 1:Recebemos. A Semec oferece formações.

Professora 2: Não. As formações que tenho são particulares e pagas por mim. Porém, o município se mostra aberto a esse tipo de formação. Recentemente, tivemos dois encontros nesse sentido.

Professora 3: Sim pela Semec na jornada pedagógica, não é o suficiente. Sempre tenho que buscar em leituras e artigos, pois temos que estar sempre bem embasada.

Com base nas respostas destas profissionais, podemos observar que as embora as professoras conheçam os termos AEE, Educação Especial, Deficiência, Autismo, elas entendem muito pouco o que significa, pois a concepção que elas têm é equivocada e não entendem qual o dever do AEE.

A formação do professor deve ser um processo contínuo, que perpassa sua prática com os alunos, a partir do trabalho transdisciplinar com uma equipe permanente de apoio. É fundamental considerar e valorizar o saber de todos os profissionais da educação no processo de inclusão. Não se trata apenas de incluir um aluno, mas de repensar os contornos da escola e a que tipo de Educação estes profissionais têm se dedicado. Trata-se de desencadear um processo coletivo que busque compreender os motivos pelos quais muitas crianças e adolescentes

também não conseguem encontrar um “lugar” na escola. (BRASIL, 2005, p.21).

Os professores que atuam na área da educação têm que sempre buscar conhecimentos em outros meios, pois a maioria não estão seguros para incluir da maneira correta o aluno e a educação está cada vez mais evoluindo ao longo dos anos.

4.2 Trabalho colaborativo entre os professores da sala de aula comum e AEE.

O professor do AEE é aquele mediador que vai ajudar o aluno a se desenvolver e buscar sua própria autonomia e ajudar na socialização com os colegas, garantindo a inclusão destes alunos dentro do espaço escolar e por fim o professor da sala comum é responsável pelo planejamento de atividades considerando suas habilidades específicas. Por tanto este planejamento ajuda a promover a inclusão escolar também, fornecer condições ao acesso de aprendizagem para os alunos da educação especial por meio de anotações diárias sobre o aluno. Esta parceria também deve ocorrer quando for elaborar o planejamento de sala comum e fazer com que todos os alunos tenham os mesmos direitos.

Um professor de uma sala de aula comum que possui um aluno com necessidades educacionais especiais tem o direito por lei a um Atendimento Educacional Especializado, pois o AEE precisa prover condições de acesso, participação e aprendizagem desse aluno no ensino regular (BRASIL, 2011, p. 21).

Na sala de recurso ele encontra apoio, é trabalhado habilidades e competências necessária para ele sentir seguro e fortalecido para frequentar a sala de aula comum, proporcionando um ambiente inclusivo que promova o sucesso na aprendizagem escolar dos estudantes.

Também foi perguntado as participantes se elas sabiam quais as atividades que os alunos desenvolvem no AEE? Se sim, quais são elas?

A professora Elisa diz “Esse ano não tenho esse conhecimento. No entanto, ano passado realizei uma troca de ideia com a professora para possibilitar a alfabetização de um aluno meu. Trabalhávamos em parceria. Em

conjunto com as atividades de registro que eu estava trabalhando em sala, a professora do AEE, trabalhava as mesmas atividades mas de maneira dinâmica, com jogos, materiais concretos etc” (arquivo da pesquisadora,2023). Maria “Trabalham as mesmas atividades proposta para o seu ano escolar, porém de forma adaptadas, de acordo com as necessidades individuais de cada aluno” (arquivo da pesquisadora, 2023).

Izaura “Cada qual tem seu plano pedagógico exclusivo, de acordo com sua necessidade(deficiência), partindo do conhecimento prévio do aluno, atividades que venha desenvolver as habilidades necessárias, como atividades de escritas, lúdicos, jogos, jogos no computador e dinâmicas. O professor sempre sendo um mediador e incentivador do aluno.

Sendo assim, acredito que esta parceria torna-se importante tanto para a criança quanto para as professoras tornando este trabalho gratificante e mútuo, os professores podem colaborar em si na realização de atividades de acordo com as necessidades individuais dos alunos, quebrando as barreiras enfrentas pelos estudantes.

4.3 Organização e desenvolvimento do AEE

A escola investigada atualmente está com cerca de 15 alunos sendo atendidos pelo AEE, portanto na sala de recursos o aluno encontra apoio trabalhando habilidades e competências necessária para ele sentir- se seguro e fortalecido para frequentar a sala de aula comum, e são desenvolvidas atividades de acordo com suas necessidades tais atividades não são substitutivas a escolarização.

O recurso tecnológico utilizado pela professora do AEE é o computador pois é nele que o aluno realiza as atividades adaptadas por ela, e trabalhar de forma individualizada de acordo com o PEI e sempre trabalhando no coletivo para que a criança possa avançar na aprendizagem, por isso a importância de a professora da sala comum dar os feedback deste aluno.

Para a pergunta: Quais alunos são atendidos pelos AEE? A professora Maria disse: “Alunos laudados com alguma deficiência ou transtorno” (arquivo da pesquisadora, 2023). A professora Elisa “Geralmente são alunos com laudos

médicos que apresentam alguma neurodivergência, mas que não realizam atendimentos pela APAE do município (arquivo da pesquisadora, 2023). Já a professora Izaura “Alunos com necessidades especiais entre elas: Deficientes, Transtornos globais de Desenvolvimento, altas habilidades, superdotação e que esteja matriculado na unidade (arquivo da pesquisadora,2023).

“Você sabe quantos alunos são atendidos pelo AEE na escola?”. Para essa pergunta, a professora do AEE disse: “Atualmente com mais ou menos 15 alunos (arquivo da pesquisadora, 2023). Professora 1: “Em média de 5, pois a grande maioria é atendida pelo AEE da APAE, onde estudam no período contrário” (arquivo da pesquisadora, 2023).

Professora 2: “Não tenho conhecimento desse número total. Na minha sala apenas um aluno com diagnóstico de TDAH.

O AEE deve se articular com a proposta da escola comum, embora suas atividades se diferenciem das realizadas em salas de aula de ensino comum. O AEE identifica elabora, organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras físicas, atitudinais e comunicacionais para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas fazendo intermediação entre aluno e professor de sala comum. Sendo assim, promover a inclusão e igualdade dando oportunidades para o aluno na educação conforme as leis e diretrizes.

O trabalho que o AEE desenvolve dentro da escola são: apoiar o desenvolvimento do aluno com deficiência, transtornos do espectro autista e com altas habilidades/superdotação, disponibilizar o ensino de linguagens e de códigos específicos de comunicação e sinalização, Oferecer Tecnologia Assistiva – TA, fazer adequações e produzir materiais didáticos, tendo em vista as necessidades específicas dos alunos, oportunizar o enriquecimento curricular (para alunos com altas habilidades/superdotação)

5 CONCLUSÕES

A partir do estudo realizado, concluímos que a escola segue a Política Nacional de 2008, pois as professoras buscam incluir seus alunos na sala de aula, porém, embora o município ofereça formações aos professores, ainda é

pouco para que eles alcancem e criem estratégias para incluir todos os alunos. O AEE é de fundamental importância para a inclusão e tem que ser ofertado em todos os níveis de ensino, oferecendo atividades diferenciadas (que não têm a ver com o conteúdo curricular) que sejam capazes de eliminar todas as barreiras existentes que dificultem este aluno de fato a participar ativamente da sala de aula comum.

A conclusão que chego é que as professoras não entendem a Educação Especial com base na política 2008, desenvolvendo um trabalho que não é articulado com a PNEEPEI (BRASIL, 2008).

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n.9.394/96. Brasília MEC/SEESP,1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília :MEC/SEESP,2008

Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2007

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v.35,n.3, Mai./Jun. 1995, p.20-29.

MANTOAN, M.T.E. **O Direito de ser diferente na escola**, REVISTA .CENTRO DE ESTUDOS JURIDICÍARIOS, Brasília, n. 26, p. 36-44, jul./set. 2004.

LÜDKE, M,; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagem qualitativa. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.